

## **Ajuste Direto n.º 02/2025**

**Aquisição de serviços para validação de procedimentos de contratação que se referem a projectos cofinanciados pelos FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, Fundo Ambiental e Next Generation**

## **CONVITE**

---

N.º de Registo:	255
Processo:	2025/300.10.005/7
Data:	16/01/2025

## ÍNDICE

<a href="#"><u>Artigo 1.º - Identificação do procedimento</u></a>	3
<a href="#"><u>Artigo 2.º - Entidade adjudicante</u></a>	3
<a href="#"><u>Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar</u></a>	3
<a href="#"><u>Artigo 4.º – Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento</u></a>	3
<a href="#"><u>Artigo 5.º – Proposta</u></a>	4
<a href="#"><u>Artigo 6.º - Propostas variantes</u></a>	4
<a href="#"><u>Artigo 7.º - Documentos que constituem a proposta</u></a>	4
<a href="#"><u>Artigo 8.º – Proposta de preço</u></a>	5
<a href="#"><u>Artigo 9.º - Modo de apresentação da proposta</u></a>	5
<a href="#"><u>Artigo 10.º - Prazo para apresentação das propostas</u></a>	6
<a href="#"><u>Artigo 11.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas</u></a>	6
<a href="#"><u>Artigo 12.º – Análise das Propostas</u></a>	7
<a href="#"><u>Artigo 13.º – Esclarecimentos sobre as propostas</u></a>	8
<a href="#"><u>Artigo 14.º - Critério de adjudicação</u></a>	8
<a href="#"><u>Artigo 15.º - Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta</u></a>	8
<a href="#"><u>Artigo 16.º – Notificação da decisão de adjudicação</u></a>	9
<a href="#"><u>Artigo 17.º - Documentos de habilitação</u></a>	9
<a href="#"><u>Artigo 18.º – Idioma dos documentos de habilitação</u></a>	10
<a href="#"><u>Artigo 19.º – Não apresentação dos documentos de habilitação</u></a>	10
<a href="#"><u>Artigo 20.º – Caução</u></a>	11
<a href="#"><u>Artigo 21.º – Minuta do contrato</u></a>	11
<a href="#"><u>Artigo 22.º – Reclamações contra a minuta</u></a>	11
<a href="#"><u>Artigo 23.º - Contrato</u></a>	12
<a href="#"><u>Artigo 24.º - Legislação aplicável</u></a>	12
<a href="#"><u>LISTA DE ANEXOS AO CONVITE</u></a>	12
<a href="#"><u>ANEXO I - Modelo de declaração</u></a>	13
<a href="#"><u>ANEXO II - Modelo de declaração</u></a>	14

### **Artigo 1.º - Identificação do procedimento**

1. O presente procedimento é designado por “ **Ajuste direto n.º 02/2025, aquisição de serviços para validação de procedimentos de contratação que se referem a projectos cofinanciados pelos FEEL – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, Fundo Ambiental e Next Generation** ”.
2. O presente procedimento por ajuste directo será realizado ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

### **Artigo 2.º - Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é a CI-AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, sita na Rua General Humberto Delgado, n.º 20, 8000-355 Faro – Portugal, com o telefone (+351) 289 880 800 e e-mail: [geral@amal.pt](mailto:geral@amal.pt).

### **Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar**

O órgão competente para a decisão de contratar é o Secretariado Executivo Intermunicipal, conforme proposta n.º 82, aprovada na reunião ordinária do Conselho Intermunicipal de 7 de janeiro de 2022.

### **Artigo 4.º – Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do órgão competente para a decisão de contratar.
2. Os esclarecimentos devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica utilizada pela AMAL, acinGov, disponível no endereço <https://www.acingov.pt/> , devendo ser sempre indicado no assunto a referência do procedimento.
3. No mesmo prazo referido no ponto anterior, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.

4. Tratando-se de um ajuste direto, cujo prazo para apresentação de propostas é inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento e as retificações das mesmas podem ser prestados ou efetuados até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
5. O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e no prazo previstos no número anterior.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **Artigo 5.º – Proposta**

1. Na proposta a entidade convidada manifesta a sua vontade de celebrar o contrato e indica o modo pelo qual se dispõem a fazê-lo.
2. Entende-se por atributo da proposta qualquer elemento ou característica da mesma que diga respeito a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo Caderno de Encargos.
3. É excluída a proposta que apresente atributos, termos ou condições que não obedeçam a todas as características técnicas exigidas.

#### **Artigo 6.º - Propostas variantes**

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Para efeitos do número anterior, são variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

#### **Artigo 7.º - Documentos que constituem a proposta**

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) **Declaração** do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP (**Anexo I** do presente convite), assinada pelo convidado ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

- b) Documento do qual constem os **atributos da proposta**, de acordo com os quais a entidade convidada se dispõe a contratar, incluído **proposta de preço total para o procedimento em causa**, assinado pelo convidado ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
  - c) No caso de pessoa coletiva, **cópia da certidão de inscrição no registo comercial ou código de acesso**, ou documento equivalente no caso de se tratar de uma entidade de natureza não comercial;
  - d) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que a entidade convidada apresente por os considerar indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta, de acordo com os quais se dispõe a contratar.
2. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pela entidade convidada ou por representante que tenha poderes para a obrigar.

#### **Artigo 8.º – Proposta de preço**

- 1. Os preços constantes das propostas não incluem IVA, são indicados em euros e em algarismos, com o máximo de duas casas decimais.
- 2. O preço constante da proposta não pode ultrapassar, em caso algum, sob pena de exclusão da mesma, o valor base fixado no caderno de encargos do presente procedimento.
- 3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços unitários.

#### **Artigo 9.º - Modo de apresentação da proposta**

- 1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela AMAL, **acinGov**, disponível no endereço <https://www.acingov.pt/> , através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

**2. Cada um dos documentos enviados, incluindo a proposta e respetivos documentos deverão estar individualmente assinados electronicamente, em cumprimento do disposto no nº 4, do artigo 57º do CCP e do disposto no nº 5, do artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, ou seja, a aposição de assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que constituem a proposta.**

3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, como acontece por vezes com o cartão de cidadão, deve a entidade interessada submeter uma procuração que indique o poder de representação e assinatura do assinante.

4. O não cumprimento dos números anteriores é motivo de exclusão da proposta.

5. A entidade convidada deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõe, uma vez que só é admitida a proposta que tenha sido assinada (com assinatura eletrónica qualificada) e recebida até à data e hora referidas no n.º 1 do artigo seguinte.

6. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual a entidade convidada declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

#### **Artigo 10.º - Prazo para apresentação das propostas**

1. As propostas e os documentos que as constituem deverão ser apresentados até às **23:59 horas do 6.º dia a contar da data do envio do convite.**

2. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, os prazos para apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

#### **Artigo 11.º - Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

A entidade convidada é obrigada a manter a respetiva proposta pelo prazo de **66 (sessenta e seis) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, período esse

que se renova automaticamente, caso a entidade convidada não manifeste, por escrito, vontade contrária.

### **Artigo 12.º – Análise das Propostas**

1. A proposta é analisada de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do CCP.
2. É excluída a proposta que:
  - a) Não seja recebida no prazo fixado;
  - b) Não obedeça a todas as características técnicas exigidas pelas peças que constituem o presente procedimento;
  - c) Não apresente algum dos atributos, nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, no presente Convite e Caderno de Encargos, ou que não os apresentem corretamente;
  - d) Apresente atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresente quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo das exceções legalmente previstas;
  - e) Não apresente todos os termos ou condições exigidos, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule;
  - f) Impossibilite a avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
  - g) Não for assinada pela entidade convidada ou por representante que tenha poderes para a obrigar;
  - h) Não for apresentado documento que demonstre os poderes de representação do representante legal;
  - i) Cujo contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;

- j) Indique a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
  - k) Apresente algumas das situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP;
  - l) Não observem o disposto no presente Convite.
3. A exclusão de quaisquer propostas com fundamento no disposto na alínea j) do número anterior será, para os devidos efeitos, comunicada à Autoridade da Concorrência.

### **Artigo 13.º – Esclarecimentos sobre as propostas**

1. Podem ser solicitados à entidade convidada quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que se considere necessários para efeito da análise e da avaliação da mesma.
2. Os esclarecimentos prestados pela entidade convidada fazem parte integrante da proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

### **Artigo 14.º - Critério de adjudicação**

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, adoptando-se, para o efeito, a modalidade de monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspecto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

### **Artigo 15.º - Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta**

1. De acordo com o disposto no artigo 125.º do CCP, nos casos em que é apresentada uma única proposta, compete aos serviços da CI-AMAL pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto de decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.
2. No caso previsto no número anterior, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, podendo, porém, o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.



### **Artigo 16.º – Notificação da decisão de adjudicação**

1. Após a decisão de adjudicação, a entidade convidada será notificada da mesma.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário será notificado para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Convite;
  - b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
  - c) Aceitar ou reclamar da minuta de contrato.

### **Artigo 17.º - Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar, em suporte digital, através da plataforma eletrónica disponível no endereço <https://www.acingov.pt/>, no **prazo de 5 dias úteis** após a respetiva notificação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do CCP:
  - 1.1. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP (**Anexo II** do presente Convite);
  - 1.2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º1 do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes documentos:
    - a) **Registo Criminal** da adjudicatária e, no caso de se tratar de pessoas coletivas, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas, que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
    - b) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a **Segurança Social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

c) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao **Estado Português** ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

d) **RCBE** - Declaração de Registo Central do Beneficiário Efetivo

2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou a indicação prevista no número anterior.

4. O órgão competente para a decisão de contratar pode, a todo o tempo, exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

5. O adjudicatário deverá proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação sempre que se verifique a caducidade daqueles anteriormente entregues.

#### **Artigo 18.º – Idioma dos documentos de habilitação**

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

#### **Artigo 19.º – Não apresentação dos documentos de habilitação**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no presente Convite;
  - b) Redigidos em língua portuguesa ou, nos casos expressamente previstos no presente Convite, acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Se nos documentos apresentados constar alguma irregularidade, o adjudicatário terá um prazo de 3 dias úteis para suprimir as mesmas, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP.
3. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo não superior a 5 dias úteis, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
4. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

#### **Artigo 20.º – Caução**

Nos termos do disposto no na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

#### **Artigo 21.º – Minuta do contrato**

- 1. A minuta do contrato é enviada ao adjudicatário para aceitação.
- 2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

#### **Artigo 22.º – Reclamações contra a minuta**

- 1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao procedimento.

2. Em caso de reclamação a CI-AMAL comunica ao reclamante, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a rejeita se nada disser naquele prazo.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.

#### **Artigo 23.º - Contrato**

1. O contrato deve ser celebrado, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou do conhecimento sobre a decisão da reclamação.
2. A CI-AMAL comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e o local em que se celebra o contrato, ou no caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato será comunicado com a antecedência mínima de 3 (três) dias.

#### **Artigo 24.º - Legislação aplicável**

Em tudo o omissa no presente Convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e demais legislação aplicável.

O Primeiro Secretário

---

Joaquim Brandão Pires

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa  
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

#### **LISTA DE ANEXOS AO CONVITE**

- Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- Anexo II – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.

## ANEXO I - Modelo de declaração

### [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

**1** - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

**2** - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) .....
- b) .....

**3** - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

**4** - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

**5** - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

**6** - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido código.

**7** - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO II - Modelo de declaração**  
**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

**1** - ... *[nome, número de documento de identificação e morada]*, na qualidade de representante legal de (1) ... *[firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes]*, adjudicatário(a) no procedimento de ... *[designação ou referência ao procedimento em causa]*, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

**2** - O declarante junta em anexo *[ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)]* os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

**3** - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

*[Local], [data] [Assinatura (5)]*

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º